

# **IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: O IMPACTO DO ENCOLHIMENTO DO FIES E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

## **IMPERIALISM AND NEOLIBERALISM IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: THE IMPACT OF THE FIES CONTRACTION AND THE EXPANSION OF DISTANCE EDUCATION**

Roberto Pereira da Silva<sup>1</sup>  
Antônio José Barbosa de Oliveira<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

Neste artigo, examina-se o impacto do encolhimento do Fundo de Financiamento Estudantil e a consequente ascensão da Educação a Distância no ensino superior brasileiro, tanto no setor privado quanto no setor público, no contexto das políticas neoliberais e das diretrizes internacionais promovidas por organismos como o Banco Mundial. A análise abrange as mudanças nas políticas públicas de educação desde a década de 1990 e explora como a redução do Fies, a flexibilização das regulamentações e a expansão da EaD contribuíram para a mercantilização do ensino superior. Paralelamente, discute-se o papel da EaD como uma ferramenta de democratização do acesso ao ensino superior, com iniciativas como o Consórcio Cederj e o Sistema Universidade Aberta do Brasil, que evidenciam o potencial inclusivo da modalidade. Além de examinar os desafios, como a precarização do trabalho docente e as desigualdades no acesso às tecnologias, destaca-se, também, as oportunidades trazidas pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação, pela implementação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem e pela integração de Inteligência Artificial, que prometem revolucionar a experiência educacional. Infere-se, assim, que a EaD, quando bem regulamentada e apoiada por políticas públicas inclusivas, pode não apenas compensar a redução do financiamento público, mas também oferecer uma educação superior de qualidade e equitativa no Brasil.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Educação a Distância, Ensino Superior, Neoliberalismo, Democratização do Acesso, Fies.

### **ABSTRACT:**

This article examines the impact of the reduction in the Student Financing Fund and the consequent rise of Distance Education in Brazilian higher education, both in the private and public sectors, within the context of neoliberal policies and international guidelines promoted by organizations such as the World Bank. The analysis addresses changes in public education policies since the 1990s and explores how the reduction of Fies, regulatory flexibilization, and the expansion of EaD have contributed to the commodification of higher education. Simultaneously, the study highlights the role of EaD as a tool for democratizing

---

<sup>1</sup> Especialista em Administração Universitária pela UFRJ.

<sup>2</sup> Coordenador do Curso de Especialização em Administração Universitária da UFRJ.

access to higher education through initiatives such as the Cederj Consortium and the Open University of Brazil System, which demonstrate the inclusive potential of this modality. Additionally, the article examines challenges such as the precarization of teaching work and inequalities in access to technology while emphasizing opportunities brought by advances in Information and Communication Technologies, the implementation of Virtual Learning Environments, and the integration of Artificial Intelligence, which promise to revolutionize the educational experience. Thus, it is inferred that EaD, when properly regulated and supported by inclusive public policies, can not only offset the reduction in public funding but also provide equitable and high-quality higher education in Brazil.

**KEYWORDS:**

Distance Education, Higher Education, Neoliberalism, Democratization of Access, Fies.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Educação a Distância (EaD) tem crescido exponencialmente no Brasil nos últimos anos, impulsionada pela combinação de uma demanda crescente do mercado, pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e por incentivos governamentais. Mais do que uma resposta tecnológica, a EaD surge como uma modalidade educacional que, além de ampliar o acesso à educação para milhões de brasileiros, reflete mudanças estruturais nas políticas públicas e nas dinâmicas econômicas do país. Este estudo tem como objetivo discutir os fatores que levaram à adoção e à expansão desse modelo, analisando não apenas suas vantagens, mas também os desafios e impactos relacionados ao ensino superior.

Para compreender esse cenário, busca-se investigar as escolhas políticas e os interesses econômicos que culminaram no aumento expressivo de matrículas em universidades privadas, sobretudo na modalidade EaD, em contraste com a menor expansão nas instituições públicas. Nesse contexto, examina-se o papel de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, por meio de recomendações e diretrizes neoliberais, influenciaram políticas de desfinanciamento, precarização e privatização de serviços públicos, incluindo o ensino superior. Essas políticas, frequentemente impostas aos países periféricos, perpetuam relações de dependência com os países centrais e contribuem para a mercantilização da educação, como apontado por Chaves (2010, p. 483): “a educação superior deixa de ser direito social, transformando-se em mercadoria.”

Ademais, destaca-se o impacto das transformações no Fies, que, ao reduzir o financiamento público, levou as instituições de ensino superior privadas a buscar alternativas de sustentabilidade financeira, consolidando a EaD como uma solução viável. Ao mesmo tempo, a expansão dessa modalidade permitiu a ampliação do acesso ao ensino superior para grupos antes excluídos, oferecendo maior flexibilidade e mensalidades mais acessíveis.

Além disso, iniciativas públicas como o Consórcio Cederj e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) exemplificam como a EaD pode ser utilizada para atender às demandas sociais de maneira inclusiva, promovendo acesso gratuito e de qualidade em regiões remotas. Essas iniciativas, combinadas com o avanço de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e tecnologias como a Inteligência Artificial (IA), têm ampliado o alcance e o impacto da EaD, transformando a experiência educacional e oferecendo novos caminhos para democratizar o ensino superior.

Por outro lado, o crescimento exponencial da EaD traz desafios significativos, como a precarização do trabalho docente, desigualdades no acesso às tecnologias e a necessidade de regulamentações que garantam a qualidade do ensino oferecido. Busca-se, assim, explorar esses dilemas, bem como as potencialidades da EaD para transformar o cenário educacional brasileiro, equilibrando as demandas por inclusão e sustentabilidade com o compromisso de oferecer uma educação superior de qualidade para todos.

## **2. A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PELA EAD, TECNOLOGIAS E PERSPECTIVAS FUTURAS**

A EaD tem se destacado não apenas como uma modalidade capaz de democratizar o acesso ao ensino superior, mas também como uma solução moderna que acompanha as demandas de uma sociedade cada vez mais conectada. A flexibilidade de horários, um dos principais atrativos da EaD, permite que os estudantes conciliem seus estudos com outras atividades, como trabalho e responsabilidades familiares, permitindo atender a estudantes de diferentes perfis socioeconômicos, eliminando barreiras geográficas e possibilitando o acesso à educação para populações historicamente excluídas. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem potencializado essa modalidade, ampliando oportunidades para que mais brasileiros ingressem em cursos superiores.

Ao combinar acessibilidade com abrangência, a EaD viabiliza a inclusão de trabalhadores, mães, residentes de áreas remotas e outros grupos que enfrentam desafios para ingressar em cursos presenciais. Essa modalidade oferece opções de estudo adaptáveis às rotinas individuais, promovendo a inclusão educacional de forma significativa e contribuindo para a construção de um cenário mais equitativo no acesso ao ensino superior.

Além de ampliar o acesso ao ensino superior para jovens que não conseguem ingressar nas universidades públicas, a EaD também se apresenta como uma segunda oportunidade para adultos que buscam aprimoramento profissional e progressão na carreira. A flexibilidade da modalidade é fundamental para trabalhadores que precisam conciliar os estudos com a rotina profissional e familiar, promovendo estímulo cognitivo e qualificação contínua (Lee; Choi; Cho, 2018 *apud* Rocha; Pilatti; Pinheiro, 2024).

Um exemplo prático do impacto positivo da Educação a Distância (EaD) é o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, oferecido pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em 11 polos no interior do Estado do Rio de Janeiro, o curso é realizado por meio do Consórcio Cederj, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), e combina ensino a distância com suporte presencial. Essa abordagem garante uma formação acessível e de qualidade, especialmente para estudantes de regiões interioranas.

O Consórcio Cederj, formado por instituições públicas, destaca-se pela integração de tecnologias inovadoras e pelo suporte pedagógico presencial, assegurando que a EaD não apenas amplie o acesso ao ensino superior, mas também mantenha elevados padrões acadêmicos. Essa iniciativa evidencia como a EaD pode atender às demandas sociais e promover inclusão educacional sem comprometer a qualidade do ensino.

Outro destaque é o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2005 pelo Ministério da Educação. Com o objetivo de interiorizar o ensino superior público, o programa promove formação inicial e continuada para professores da educação básica e atende a demandas específicas de diversas áreas profissionais em parceria com governos estaduais e municipais (BRASIL, 2025). Até 2023, o UAB registrou mais de um milhão de matrículas, consolidando-se como uma das maiores iniciativas públicas de EaD no país. Por meio de polos de apoio localizados em regiões estratégicas, o programa combina recursos tecnológicos e suporte presencial, contribuindo para a inclusão educacional em áreas remotas. Sua estrutura inclui laboratórios, bibliotecas e suporte presencial, assegurando que a formação acadêmica seja inclusiva e de alta qualidade.

Além de sua função democratizadora, a EaD tem se destacado pela incorporação de tecnologias digitais inovadoras, que aprimoram a experiência de aprendizagem e ampliam a acessibilidade. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) oferecem espaços interativos e ricos em recursos pedagógicos, permitindo que os estudantes desenvolvam maior autonomia e flexibilidade em seus estudos. A Inteligência Artificial tem desempenhado um papel cada vez mais relevante nesse contexto, com a implementação de assistentes virtuais e chatbots que fornecem suporte contínuo aos alunos, facilitando a resolução de dúvidas e otimizando o acompanhamento acadêmico.

A utilização da IA na EaD também tem contribuído para a personalização do ensino, permitindo a adaptação do conteúdo às necessidades individuais dos estudantes. Essa tecnologia auxilia na identificação e no enfrentamento de dificuldades relacionadas à leitura e à compreensão de texto, além de automatizar atividades dentro das plataformas institucionais, reduzindo a sobrecarga dos docentes e aprimorando o suporte aos discentes. A adoção desses sistemas tem sido associada a uma redução significativa na evasão universitária, com índices passando de 15% para 8%, evidenciando a eficácia do suporte pedagógico proporcionado pela IA (Barros *et al.*, 2023 *apud* De Araújo *et al.*, 2024).

Outro avanço proporcionado pela IA na EaD é a implementação do modelo de salas de aula invertidas, no qual tutores virtuais podem criar atividades personalizadas com base no perfil e nas especificidades de cada estudante. Esse recurso torna o ensino mais dinâmico e adaptável, aumentando o engajamento dos alunos no processo de aprendizagem. Além disso, tecnologias como Realidade Aumentada (RA) e Realidade Virtual (RV) estão sendo integradas ao ensino a distância, tornando o aprendizado mais interativo e prático. Recursos assistivos, como leitores de tela e tradutores automáticos, também têm ampliado a acessibilidade, garantindo que alunos com necessidades especiais possam usufruir plenamente das oportunidades oferecidas pela EaD (Da Silva; Saraiva, 2024).

Dessa forma, a aplicação da IA na EaD tem o potencial de não apenas otimizar processos acadêmicos, mas também contribuir para um ensino mais inclusivo e eficiente. No entanto, sua implementação exige planejamento adequado, capacitação docente e regulamentações que garantam o uso ético dessas tecnologias, assegurando que seu impacto seja positivo tanto para os estudantes quanto para as instituições de ensino (De Araújo *et al.*, 2024). Apesar dos avanços, os desafios permanecem. É essencial garantir que a expansão da EaD seja acompanhada por investimentos em infraestrutura tecnológica, capacitação docente e regulamentações que assegurem a qualidade do ensino. A inclusão de tecnologias

inovadoras deve ser complementada por políticas públicas que priorizem o papel social da educação, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, tenham acesso a um ensino superior de qualidade.

A EaD representa uma oportunidade única de transformar o cenário educacional brasileiro, conectando indivíduos de diversas regiões a uma formação acadêmica robusta e adaptada às demandas do século XXI. Contudo, sua eficácia depende do equilíbrio entre a adoção de inovações tecnológicas e o compromisso com a inclusão social e a qualidade educacional.

### **3. IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO: DIRETRIZES INTERNACIONAIS E SUAS CARTILHAS**

A expansão da EaD no Brasil está profundamente enraizada em um contexto histórico de reformas políticas e educacionais que remodelaram o sistema de ensino no país. Um marco fundamental nesse processo foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, que transformou a EaD de uma atividade meramente complementar ao ensino presencial para uma modalidade educacional autônoma (De Oliveira *et. al.*, 2024). Essa mudança viabilizou a oferta de cursos a distância em todos os níveis de ensino, permitindo que a EaD se consolidasse como uma estratégia de ampliação do acesso à educação superior. No entanto, foi no contexto da agenda neoliberal global e da flexibilização das políticas educacionais que a EaD ganhou um impulso significativo, tornando-se uma alternativa economicamente viável para expandir a inclusão educacional. Esse movimento intensificou-se com a Reforma Trabalhista de 2017, materializada pela Lei nº 13.467, que flexibilizou as relações de trabalho sob o argumento de estimular a economia e gerar empregos. Contudo, essas mudanças, além dos benefícios alegados, também resultaram na precarização das condições laborais, no aumento da necessidade de múltiplos vínculos empregatícios para complementar a renda e na "uberização" do trabalho docente, afetando diretamente a qualidade de vida da classe trabalhadora.

Essas reformas não são exclusivas do Brasil, mas fazem parte de uma estratégia mais ampla aplicada em países periféricos, o chamado sul-global. Tais políticas, frequentemente promovidas por tecnocratas e apoiadas por grandes veículos de mídia, reforçam a

desvalorização do Estado e incentivam privatizações sob o discurso de eficiência e modernização. Segundo recomendações de instituições como o Banco Mundial e o FMI, essas estratégias têm como objetivo perpetuar uma relação de dependência econômica entre o centro e a periferia global (Moreira *et al.*, 2020).

Figura 1: Documento publicado pelo Banco Mundial em 2017, chamado *Um Ajuste Justo. Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Neste documento, o Banco Mundial recomenda, entre outras coisas, a “Adoção do Teto de Gastos”.



Fonte: [worldbank.org](http://worldbank.org)

O Banco Mundial, criado em 1944 para ajudar na reconstrução econômica pós-Segunda Guerra Mundial, tem desempenhado um papel central na disseminação dessas políticas neoliberais (Moreira *et al.*, 2020). Inicialmente, os empréstimos priorizavam os países capitalistas desenvolvidos, mas, a partir do final da década de 1960, com o novo presidente do Banco Mundial, o ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert S. McNamara, com uma visão voltada à segurança e, no contexto da Guerra Fria, o organismo “contribuiu para impedir que muitos países em processo de descolonização passassem para a esfera de influência soviética”, (Leher, 1999, p. 23). Com a reorganização das prioridades, os países periféricos passaram a ser o foco, condicionando o financiamento a reformas econômicas alinhadas aos interesses das potências hegemônicas.

Um marco desse processo foi o Consenso de Washington, formalizado em 1989, que estabeleceu diretrizes econômicas para países em desenvolvimento. Entre as medidas recomendadas estavam o controle de gastos públicos, abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação dos mercados e privatização de empresas e serviços públicos (Da Silva, 2006). Essas medidas seriam essenciais para a concessão dos empréstimos. Dessa forma, o Banco Mundial passou a exercer grande influência na formulação das políticas educacionais brasileiras (Moreira *et al.*, 2020). Essas políticas, embora justificadas como necessárias para o crescimento econômico, são amplamente criticadas por aprofundarem desigualdades sociais e comprometerem o desenvolvimento local.

No Brasil, essas diretrizes foram seguidas, com variações em intensidade e foco, desde a presidência de Fernando Collor de Melo, estendendo-se pelos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Michel Temer, Jair Bolsonaro e, até o momento, no terceiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Medidas como privatizações, flexibilizações do mercado e ajustes fiscais foram implementadas de formas distintas, conforme as prioridades e os contextos políticos e econômicos de cada governo. Em 2017, o Banco Mundial publicou o documento “Um ajuste justo, análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, que recomendava a adoção do Teto de Gastos, implementado pelo governo Temer como parte de um conjunto de reformas direcionadas à contenção do déficit fiscal e ao alinhamento às diretrizes econômicas internacionais.

Estas reformas, incluindo o “Teto de Gastos” e as reformas trabalhista e previdenciária, são frequentemente analisadas como resultados de pressões externas e de um receituário internacional liderado por instituições como o Banco Mundial. Assim, tais medidas visam manter o Brasil em um modelo de desenvolvimento caracterizado por mão de obra de baixo custo, atendendo a interesses de potências hegemônicas, como os Estados Unidos. Essa abordagem é criticada por perpetuar a dependência econômica e dificultar o pleno desenvolvimento do país (Leher, 1998 *apud* Moreira *et al.*, 2020).

Ressalta-se que governos que optaram por seguir essas recomendações, em sua maioria, adotaram agendas neoliberais com foco nos interesses do mercado. Contudo, é importante observar que a aplicação dessas políticas apresenta nuances e reflete escolhas que variam conforme as pressões internas e externas enfrentadas por cada governo. Entre as características observadas estão a redução de investimentos em educação, cortes no

financiamento de pesquisas e menor atenção a questões sociais, efeitos que geram debates sobre os limites e impactos dessas políticas no Brasil.

Diante disso, surgem algumas questões: será que essas mudanças na legislação educacional no Brasil são realmente benéficas para a qualidade da educação no país? Quem, de fato, se beneficia dessas alterações? A expansão da Educação a Distância no Brasil nos últimos anos tem sido acompanhada por uma manutenção da qualidade dos cursos oferecidos, ou há uma deterioração qualitativa?

Observa-se que o governo de centro-esquerda, em seu posicionamento mais próximo ao centro do que à esquerda, não revogou ou alterou legislações associadas a críticas sobre seus impactos na educação brasileira. Em vez disso, aprofundou parcerias com instituições privadas, como a Fundação Lemann, que tem exercido uma influência significativa no Ministério da Educação. De acordo com *Barbosa et al.* (2024, p.01), “a referida Fundação possui um amplo poder político e econômico, inclusive no contexto atual do governo Lula (2023-2026).” Essas parcerias têm gerado debates sobre a privatização de políticas públicas educacionais e o alinhamento aos interesses do setor privado.

No contexto da responsabilidade fiscal, reformas como o “Teto de Gastos” e a reestruturação previdenciária são frequentemente criticadas por priorizarem o equilíbrio fiscal em detrimento da capacidade de investimento em setores essenciais, como educação e saúde pública. Exemplos internacionais, como o da Argentina, ilustram como políticas influenciadas por organismos como o FMI podem limitar a autonomia de países periféricos. Na Argentina, a implementação de medidas alinhadas às recomendações do FMI foi acompanhada por uma redução significativa nos investimentos públicos e pelo redirecionamento de recursos para o pagamento de dívidas externas, resultando em impactos negativos na infraestrutura nacional. De acordo com *Zimmermann et al.* (2024), os cortes orçamentários, a precarização dos serviços públicos e a redução de contratos de trabalho afetaram áreas essenciais, incluindo saúde, educação, assistência social e cultura.

Por outro lado, análises apontam que países que optaram por estratégias econômicas alternativas ao modelo neoliberal têm obtido maior autonomia e avanços socioeconômicos. Exemplos como os de países asiáticos, especialmente o caso da Malásia, indicam que caminhos distintos podem ser adotados, evidenciando a possibilidade de uma emancipação econômica e social baseada em políticas públicas fortalecidas e voltada para o desenvolvimento interno.

## **4. COMO A REDUÇÃO NA OFERTA DO FIES ALAVANCOU A EAD NO BRASIL**

O crescimento significativo da Educação a Distância que o Brasil vem vivenciando nos últimos anos pode ser atribuído a diversas políticas públicas e econômicas alinhadas à agenda neoliberal promovida por organismos internacionais como o Banco Mundial. Nesta seção, discute-se como as políticas de austeridade, cortes orçamentários nas universidades públicas federais e a mudança no financiamento estudantil, particularmente com o declínio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), contribuíram para a expansão da EaD e fortaleceram grandes corporações educacionais (Scudeler; Tassoni, 2023).

### **4.1 O CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS**

Desde o final dos anos 1970, com a crise do sistema capitalista e a subsequente adoção de políticas neoliberais, o Brasil passou por uma série de reformas estruturais que visavam a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, a privatização do setor público e a redução do papel do Estado na economia. Essas reformas, influenciadas por recomendações do Banco Mundial e do FMI, buscaram diminuir os gastos públicos e aumentar a participação do setor privado em áreas tradicionalmente atendidas pelo Estado, incluindo a educação (Chaves, 2010).

A política de privatização e desmonte do Estado foi particularmente intensificada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) de 1995. Esse plano estabeleceu diretrizes para a privatização, a terceirização e a redução dos investimentos públicos nas áreas sociais, incluindo a educação superior (Chaves, 2010). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi um marco legal dessa reforma, facilitando a expansão do setor privado de ensino superior e permitindo a operação de instituições com fins lucrativos (Pompeu, 2023 *apud* Chaves, 2010).

### **4.2 A CRISE DE FINANCIAMENTO E O PAPEL DO FIES**

O Fundo de Financiamento Estudantil foi criado para ampliar o acesso ao ensino superior através do financiamento de mensalidades em instituições privadas. Instituído em

1975, sua estrutura financeira foi reformulada em 2007, tornando-se mais atraente para os estudantes e resultando em um aumento significativo dos contratos de financiamento. Entre 2011 e 2014, o número de contratos cresceu vigorosamente, permitindo a inclusão de uma parcela significativa da população mais vulnerável. Em 2010, 72,4% dos alunos beneficiados pelo Fies eram de famílias com renda per capita de até dois salários mínimos, aumentando para 98,1% em 2014. Da mesma forma, a porcentagem de contratos para pessoas declaradas indígenas, pretas e pardas subiu de 36,8% em 2010 para 60,3% em 2014 (Ministério da Fazenda, 2018 *apud* Scudeler; Tassoni, 2023).

No entanto, a partir de 2015, as restrições ao programa e a política de austeridade fiscal implementadas pelo governo Temer resultaram em uma expressiva redução das dotações orçamentárias e na contratação de novos alunos (Scudeler; Tassoni, 2023). Essa diminuição impactou drasticamente a dinâmica do ensino superior privado no Brasil. Até então, o Fies desempenhava um papel crucial na expansão do acesso à educação superior para estudantes de classes mais baixas e garantia uma receita estável para as Instituições de Ensino Superior privadas, atingindo seu auge com 733 mil novos contratos em 2014 (Scudeler; Tassoni, 2023).

Essa redução teve um impacto direto nas matrículas de ensino superior, que em 2015 somavam aproximadamente 8 milhões, com 6,6 milhões de alunos em cursos presenciais e 1,4 milhão em EaD. Essa diferença diminuiu até que, em 2021, o número de alunos matriculados em cursos EaD no setor privado superou o de alunos em cursos presenciais (Scudeler; Tassoni, 2023). A crise financeira de 2015, juntamente com a política de austeridade fiscal estabelecida pela Emenda Constitucional n.º 95 de 2016, impactou severamente todos os setores da economia, incluindo a educação superior. Essa Emenda Constitucional n.º 95, também conhecida como PEC do Teto dos Gastos, limitou os gastos públicos por 20 anos, resultando em cortes significativos em áreas essenciais, como a educação. Segundo Chauí (1999, p. 2), “Por isso mesmo, o capital precisa de parcelas da riqueza pública, isto é, do fundo público, na qualidade de financiador dessa concretização.” Isso significa que, para o capital privado, especialmente no setor educacional, é fundamental ter acesso a recursos públicos para sustentar suas operações e crescimento.

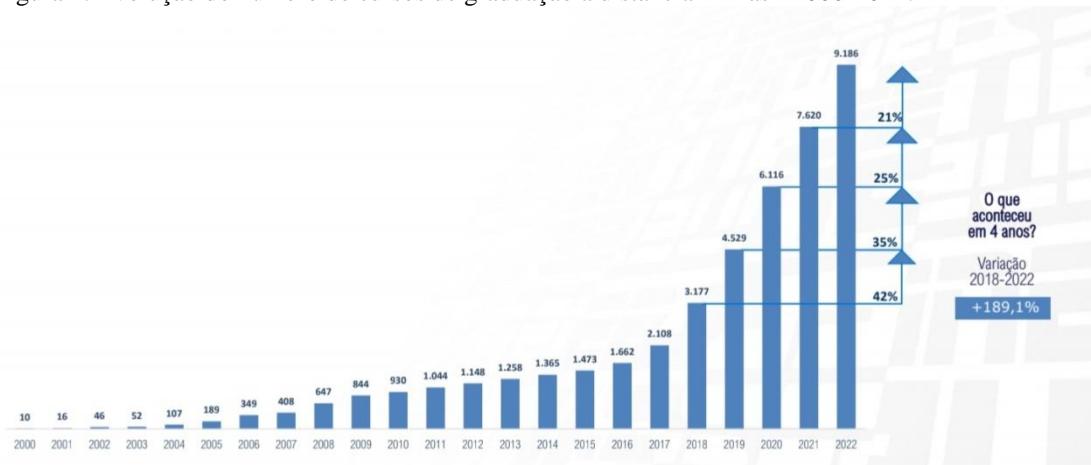
As instituições privadas intensificaram a captação de alunos em cursos de Educação a Distância, que se consolidaram como uma alternativa viável devido às mensalidades significativamente mais acessíveis. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2023, foram registradas 2.580 instituições de ensino superior, das quais 87,8% (2.264) são

privadas e 12,2% (316), públicas. A rede privada foi responsável por 95,9% do total de vagas oferecidas em cursos de graduação, enquanto a rede pública contribuiu com apenas 4,1%. Na modalidade EaD, a predominância foi de 77,2% das vagas sendo oferecidas nessa modalidade, em contraste com 22,8% em cursos presenciais (INEP, 2024).

Essa predominância reflete o papel central das instituições privadas na oferta de vagas, especialmente na modalidade EaD, que possibilita a redução de custos operacionais, como infraestrutura e corpo docente, ao mesmo tempo em que amplia as margens de lucro (Scudeler e Tassoni, 2023).

Além disso, a expansão da EaD ajudou as instituições privadas a compensar a redução do financiamento público, como os cortes no Fies. Essa modalidade não só proporcionou uma alternativa econômica para estudantes de classes sociais mais vulneráveis, mas também abriu novas oportunidades de mercado, permitindo que essas instituições continuassem a crescer, mesmo em um cenário de crise econômica e restrições orçamentárias.

Figura 2: Evolução do número de cursos de graduação a distância – Brasil 2000-2022.



Fonte: MEC/Inep

A figura anterior, retirada do Censo da Educação Superior 2022 do Inep, revela que em quatro anos, de 2018 a 2022, o crescimento no número de cursos de graduação a distância foi de 189,1%.

Esse aumento significativo reflete a tendência de expansão e consolidação da Educação a Distância como uma modalidade de ensino superior amplamente adotada no país. Esse avanço foi impulsionado, em grande parte, pelo desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, que viabilizaram a implementação de metodologias digitais,

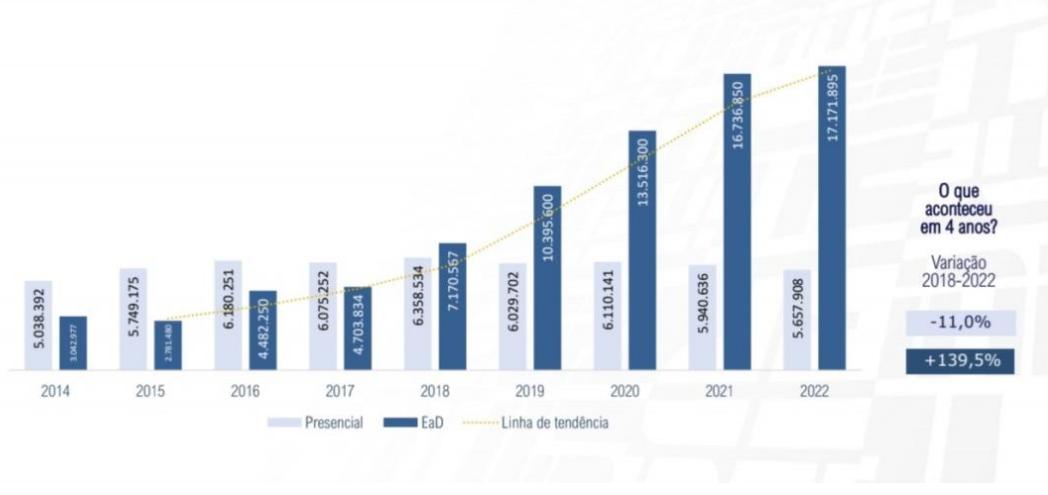
além da flexibilização das políticas educacionais, que permitiram a ampliação da oferta por instituições públicas e privadas.

No entanto, esse crescimento exponencial levanta questões cruciais sobre a qualidade do ensino oferecido, a adequação das metodologias e o preparo dos professores e estudantes para lidar com a modalidade a distância. Embora a EaD amplie o acesso ao ensino superior, especialmente para populações em áreas remotas ou com dificuldades econômicas, desafios como a desigualdade no acesso às tecnologias, a sobrecarga docente e a necessidade de adaptação das práticas pedagógicas tornam-se evidentes.

#### 4.3 A EXPANSÃO DA EAD

A Educação a Distância emergiu como uma solução viável para as instituições privadas manterem sua sustentabilidade financeira em meio à redução dos recursos do Fies (Scudeler; Tassoni, 2023). A EaD permite a ampliação do acesso à educação a um custo reduzido, tanto para as instituições quanto para os estudantes. Dados oficiais mostram que o número de vagas oferecidas na modalidade a distância superou, em 2018, as vagas do ensino presencial, com 7.170.567 vagas em EaD comparadas a 6.358.534 vagas presenciais.

Figura 3: Número de vagas oferecidas em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil 2014-2022.



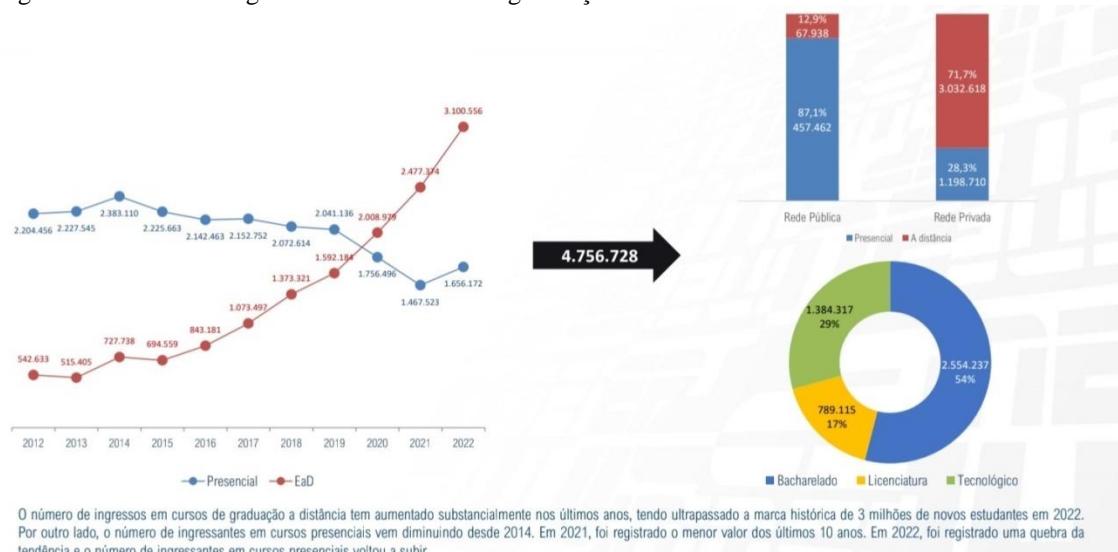
Fonte: MEC/Inep

A figura anterior, com dados do Censo da Educação Superior 2022 do Inep, mostra que, entre 2018 e 2022, o número de cursos de graduação presenciais sofreu uma redução de 11%, enquanto os cursos de graduação a distância registraram um crescimento de 139,5%.

Além disso, o número de ingressos em cursos de graduação na modalidade a distância cresceu substancialmente, passando de 20% do total de ingressantes em 2008 para 40% em 2018, e atingindo 53% em 2020. Esse crescimento reflete a capacidade das instituições privadas de expandirem suas ofertas educacionais e de se adaptarem rapidamente às novas demandas do mercado e às restrições financeiras impostas pelo governo. No entanto, esse avanço não se limita às instituições privadas. Muitas instituições públicas também têm investido significativamente na modalidade a distância, ampliando o acesso ao ensino superior para populações historicamente excluídas.

Na figura do Inep a seguir, é possível observar o número de ingressantes em cursos de graduação entre 2012 e 2022, ano em que a Educação a Distância ultrapassou a marca histórica de três milhões de novos estudantes.

Figura 4: Número de ingressantes em cursos de graduação – Brasil 2012-2022.



Fonte: MEC/Inep

Em resposta ao encolhimento do Fies, as IES privadas implementaram estratégias alternativas para manter sua rentabilidade e atrair novos alunos. A modalidade EaD emergiu como a principal estratégia compensatória. Entre 2015 e 2021, o número de cursos EaD oferecidos por IES privadas cresceu de 1.054 para 7.075, representando mais de 92% do total de cursos nessa modalidade. Paralelamente, o número de polos de apoio presencial também apresentou um aumento expressivo, passando de 4.913 em 2014 para 28.725 em

2021. Esses dados refletem a rápida adaptação do mercado educacional às novas demandas e à busca por modelos mais acessíveis e escaláveis (Scudeler; Tassoni, 2023).

#### **4.5 O FORTALECIMENTO DAS CORPORAÇÕES EDUCACIONAIS**

A liberalização do setor educacional e a redução do financiamento público abriram espaço para a atuação de grandes corporações educacionais, que desempenham um papel central na expansão da EaD. Segundo Chaves (2010, p. 491), “é importante ressaltar que grande parte do capital dessas empresas é oriunda de grupos estrangeiros, em especial, de bancos de investimentos norte-americanos, que encontraram, nesse setor, um mercado muito favorável ao aumento de seus lucros”. Essas corporações aproveitaram a oportunidade para ampliar suas operações na modalidade EaD, oferecendo cursos de graduação a custos mais baixos e, em alguns casos, enfrentando críticas relacionadas à qualidade do ensino.

No entanto, é importante reconhecer que, além da participação de capital estrangeiro, iniciativas públicas e investimentos nacionais também desempenham um papel crucial no crescimento da EaD no Brasil. Programas como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), coordenado pela Capes, são exemplos de esforços governamentais para democratizar o acesso ao ensino superior a distância, promovendo uma alternativa educacional de qualidade, especialmente para populações em regiões remotas. A expansão da EaD reflete uma confluência de interesses, estratégias e investimentos, que incluem tanto o capital privado quanto iniciativas públicas. Embora o modelo de negócios adotado por grandes corporações muitas vezes priorize a maximização de lucros, o papel do Estado e de investimentos nacionais ressalta a possibilidade de construir caminhos que conciliem inclusão, sustentabilidade financeira e qualidade educacional.

Os relatórios de administração das principais companhias educacionais, como Cogna Educacional, Yduqs Participações, Ser Educacional, Cruzeiro do Sul Educacional e Ânima Educação, evidenciam que a expansão da oferta de cursos EaD foi fundamental para compensar a redução dos contratos do Fies. Em 2021, a receita gerada por esses cursos atingiu níveis comparáveis aos obtidos com o Fies em seu auge, ressaltando a importância estratégica da modalidade para a sustentabilidade financeira das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Essa realidade é corroborada, por exemplo, pelo relatório de administração do exercício de 2021 da Yduqs Participações que diz que “a companhia ‘teve

R\$ 1,3 bilhão de receita no EaD’, considerando esse resultado ‘emblemático, pois foi o faturamento do Fies em seu auge’, ou seja, em 2021, só com o produto EaD, a companhia conseguiu atingir o mesmo faturamento obtido com o Fies, em 2014.” E continua: “O relatório ainda informa que o resultado positivo dos cursos na modalidade EaD “sustentou essa fase difícil”, com o investimento na expansão do número de pólos” (Scudeler; Tassoni, 2023, p.15).

A flexibilidade de horários, a ausência de necessidade de deslocamento e, principalmente, a política de preços atrativos foram fatores decisivos para a crescente popularidade dos cursos EaD. Entre 2012 e 2021, o custo médio das mensalidades de cursos EaD reduziu-se constantemente, chegando a ser, em 2021, apenas 32,8% do valor das mensalidades dos cursos presenciais (Scudeler; Tassoni, 2023).

Como vimos, essas mudanças estruturais na educação superior brasileira foram incentivadas por organismos internacionais como o Banco Mundial, que defendem a redução do papel do Estado e a promoção do mercado como agente principal do bem-estar social e, não por acaso, essas empresas possuem suas sedes nos países centrais do sistema capitalista.

#### **4.6 IMPACTOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E NA CLASSE TRABALHADORA**

A expansão da EaD no Brasil tem gerado debates significativos sobre seus impactos na qualidade do ensino superior e nas condições de trabalho docente. Esse modelo de ensino, embora promova maior acesso à educação, traz desafios que afetam diretamente tanto os profissionais da educação quanto os estudantes.

Além disso, a precarização do trabalho docente na EaD é uma preocupação crescente. Pesquisas apontam que os professores enfrentam desafios como sobrecarga de trabalho, remuneração inadequada e falta de estabilidade profissional (Veloso; Mill, 2018). No estudo conduzido pelos autores, 94,24% dos professores entrevistados afirmaram, “exercer algum outro tipo de atividade remunerada paralelamente ao trabalho com a EaD.” (Veloso; Mill, 2018, p. 126). Essa realidade pode afetar negativamente a motivação dos docentes e, consequentemente, a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

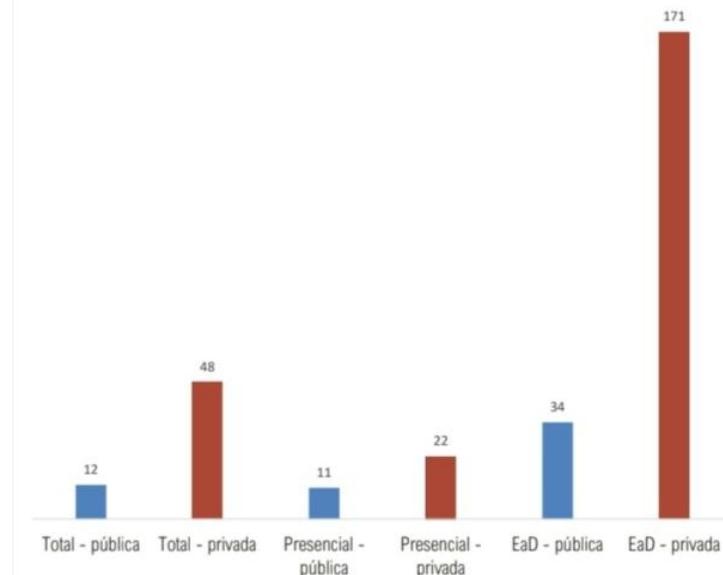
A desigualdade no acesso às tecnologias necessárias para a Educação a Distância é um dos principais desafios enfrentados no Brasil, especialmente por estudantes de regiões

menos favorecidas. A expansão em larga escala da modalidade EaD e do ensino remoto trouxe à tona essas disparidades, especialmente no ensino superior. Muitos alunos enfrentam dificuldades relacionadas à conectividade, já que nem todos possuem acesso estável à internet ou equipamentos adequados, como computadores. Embora o uso de celulares seja comum, a limitação financeira para adquirir pacotes de dados suficientes restringe o acesso a plataformas e aplicativos educacionais essenciais, ampliando as desigualdades educacionais existentes (Santos; Mota, 2024).

Embora a EaD represente uma oportunidade para ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil, sua expansão precisa ser acompanhada por políticas públicas que assegurem a qualidade do ensino e condições dignas para os professores. A implementação de regulamentações específicas, investimentos em infraestrutura tecnológica e a valorização dos docentes são passos fundamentais para que essa modalidade cumpra seu papel de maneira eficaz e equitativa.

A alarmante razão de 171 alunos por professor em cursos de EaD nas instituições privadas evidencia os limites do modelo atual. Essa proporção compromete não apenas a capacidade dos professores de oferecer um acompanhamento pedagógico adequado, mas também a qualidade da interação com os estudantes. Tal cenário reforça a necessidade de reavaliar as condições de trabalho docente e as políticas institucionais que regem a EaD. A valorização do professor, com salários justos, cargas de trabalho humanizadas e apoio pedagógico, é indispensável para garantir que a expansão da EaD não comprometa seu propósito de democratizar a educação com qualidade.

Figura 5: Razão aluno-docente na educação superior de graduação por rede e modalidade de ensino – Brasil 2022.



Fonte: MEC/Inep

## 5. NEOLIBERALISMO E A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O processo de mercantilização do ensino superior no Brasil tem sido uma característica marcante desde a década de 1990, influenciado por sucessivos governos que adotaram políticas neoliberais. Este fenômeno se manifestou por meio da edição de decretos, leis, portarias e outros instrumentos normativos que visavam operacionalizar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso. A LDB, em particular, é vista por alguns autores como um marco da mercantilização do ensino superior no Brasil, principalmente devido ao seu artigo 7º, que permitiu a livre iniciativa privada na educação, desde que atendidas certas condições, como o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a avaliação de qualidade pelo Poder Público (Chaves, 2010 *apud* Pompeu, 2023).

Em 1997, a regulamentação do Sistema Federal de Educação permitiu a entrada definitiva das Instituições de Ensino Superior (IES) com fins lucrativos no Brasil. Em 2001, o Decreto n.º 3.860/2001 consolidou a expansão do empresariamento no setor, alterando as regras de organização e avaliação de cursos (Chaves, 2010). Esse processo foi intensificado durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, que, através de novos instrumentos legais como o Decreto n.º 4.914/2003 (concedendo autonomia aos centros universitários) e o

Decreto n.º 5.622/2005 (regulamentando a educação a distância), continuou a promover a expansão do setor educacional privado. A massificação do acesso à educação superior foi impulsionada pelas políticas públicas dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, que buscaram diversificar o perfil dos alunos, especialmente das classes sociais mais vulneráveis.

Essa intensa expansão e mercantilização do ensino superior, a partir de 1990 e início do século XXI, e facilitada pela LDB e a criação de redes de empresas mediante a compra e fusão de IES privadas, tanto nacionais quanto internacionais, resultou na formação de oligopólios e na entrada de capitais estrangeiros no mercado educacional, como exemplificado pela parceria do grupo americano Laureate com a Universidade Anhembi-Morumbi em 2005 (Chaves, 2010).

Nos anos recentes, decretos e portarias têm regulamentado a oferta de EaD, impactando significativamente o cenário educacional. O Decreto n.º 9.057/2017, por exemplo, permitiu que as IES ampliassem a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD, enquanto a portaria n.º 1.428/2018 e a portaria n.º 2.117/2019 ampliaram a possibilidade de oferta de disciplinas EaD em cursos presenciais.

As mudanças legislativas e a expansão do EaD suscitam questionamentos sobre a qualidade da educação superior no Brasil e sobre quem realmente se beneficia dessas políticas. Embora governos de diferentes espectros políticos tenham contribuído para a mercantilização do ensino, as preocupações com a qualidade da educação e os interesses mercadológicos permanecem centrais nas discussões sobre o futuro do setor educacional no país.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do impacto do encolhimento do Fies sobre o ensino superior privado no Brasil revela uma transformação significativa no cenário educacional do país. O Fies desempenhou um papel fundamental na democratização do acesso à educação superior, especialmente para estudantes de camadas socioeconômicas mais baixas. Entre 2011 e 2014, o aumento dos contratos do Fies permitiu que um número considerável de alunos, incluindo uma maior proporção de estudantes indígenas, pretos e pardos, ingressassem no ensino superior.

No entanto, a partir de 2015, com a restrição dos contratos e a mudança nos critérios de elegibilidade, as IES privadas enfrentaram um desafio considerável para manter suas matrículas e sustentabilidade financeira. A resposta rápida e estratégica do setor foi a massiva ampliação dos cursos de Educação a Distância. Este movimento foi facilitado por políticas públicas que permitiram a criação de inúmeros polos de apoio, e pela própria dinâmica de mercado que incentivou a redução dos preços das mensalidades, tornando a EaD uma alternativa atraente para os estudantes.

Os dados mostram que a EaD não só supriu a demanda deixada pelo Fies, mas também abriu novas oportunidades para alunos que buscam flexibilidade e menores custos. Em 2021, a quantidade de alunos matriculados em cursos EaD no setor privado superou os matriculados em cursos presenciais, indicando uma mudança permanente na preferência dos estudantes. Além disso, a rentabilidade das IES privadas foi mantida através da economia de escala proporcionada pela EaD, que permite atender a um grande número de alunos sem um aumento proporcional nos custos de infraestrutura e pessoal.

Os relatórios de administração das principais empresas educacionais listadas na Bolsa de Valores brasileira corroboram essa tendência, destacando o crescimento substancial das receitas provenientes dos cursos EaD e a expansão do número de polos de apoio. Este ajuste estratégico foi essencial para compensar a redução do financiamento público e garantir a viabilidade econômica das instituições.

Nesse contexto, a transição para a EaD pode ser vista como uma adaptação necessária e estratégica das instituições de ensino superior privadas ao novo cenário de financiamento da educação no Brasil. Ao oferecer flexibilidade e mensalidades mais acessíveis, a EaD se tornou uma alternativa viável para atender a um público diversificado, incluindo trabalhadores, mães e estudantes de regiões remotas. Embora essas instituições muitas vezes priorizem o lucro, é inegável que a EaD tem proporcionado oportunidades significativas de acesso à educação superior para grupos que, de outra forma, poderiam permanecer excluídos.

Por outro lado, as instituições públicas de ensino superior, comprometidas com a qualidade da educação e com a equidade no acesso, têm enfrentado desafios para expandir suas ofertas na modalidade EaD. As dificuldades de acesso às tecnologias enfrentadas por alunos de baixa renda e as preocupações com a manutenção dos padrões de qualidade do ensino presencial são fatores que explicam essa cautela. Contudo, é fundamental que as universidades públicas repensem seu modelo de ensino, explorando as potencialidades da

EaD para ampliar sua abrangência e cumprir seu papel social de democratizar o acesso à educação superior.

As instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, devem refletir sobre o modelo educacional atual, reconhecendo as limitações e potencialidades da EaD para assegurar que a ampliação do acesso ao ensino superior não comprometa a qualidade do aprendizado. Nesse contexto, torna-se imprescindível uma discussão mais ampla sobre a função social das universidades, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para isso, é fundamental analisar os desafios e oportunidades da EaD, considerando aspectos como regulamentação e avaliação dos cursos, formação e valorização dos professores, fortalecimento de políticas públicas que promovam equidade no acesso e garantia de qualidade na aprendizagem. Somente com uma abordagem crítica e sistemática será possível consolidar a EaD como um instrumento eficaz para democratizar e transformar a educação superior no Brasil.

## REFERÊNCIAS

**BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil.** Washington, 2017.

**BARBOSA, I. K. F. L.; LEÃO, G. K. S.; RODRIGUES, C. M. L. A atuação da Fundação Lemann nos processos de privatização da educação.** Debates em Educação, [S. l.], v. 16, n. 38, p. e17882, 2024. DOI: 10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17882. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/17882>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

**BRASIL. Decreto n. 3.860/2001**, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3860.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm)>. Acesso em: 27 maio 2024.

**BRASIL. Decreto n. 4.914/2003**, de 11 de dezembro de 2003. Dispõe sobre os centros universitários de que trata o art. 11 do Decreto n. 3.860, de 9 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4914.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.914%2C%20DE%2011%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202003&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20centros%20universit%C3%A1rios,vista%20o%20disposto%20no%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4914.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.914%2C%20DE%2011%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202003&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20centros%20universit%C3%A1rios,vista%20o%20disposto%20no%20art.)>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.622/2005**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm)>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Decreto n. 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamento o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mai. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24)>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**, de 15 de setembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro**, de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos-ao-usuario/programa-sistema-universidade-aberta-do-brasil-uab>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. **Portaria n. 1.428**, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 250, p. 59. 28 dez. 2018. Seção 1. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](http://www.in.gov.br/materia-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251)>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. **Portaria n. 2.117**, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior -IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 239, p. 131. 6 dez 2019. Seção 1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>. Acesso em: 27 maio 2024.

CHAUI, M. **A universidade operacional. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1063>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

CHAVES, V. L. J. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxfdTPRVBR78m/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 maio 2023.

DA SILVA, A. E. P.; SARAIVA, P. M. **A evolução da educação a distância no brasil: desafios, oportunidades e o papel das tics na democratização do ensino superior.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 10, n. 9, p. 94–105, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i9.15480. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15480>. Acesso em: 24 jan. 2025.

DA SILVA, E. C. **Efeitos da precarização em marcha no ensino superior brasileiro e os reflexos na formação profissional em serviço social.** *Revista Serviço Social em Perspectiva*, [s. l.], v. 5, n. 02, p. 10–33, 2021. DOI: 10.46551/rssp.202117. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3958>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

DA SILVA, M. A. **O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira.** Linhas Críticas, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 255–264, 2006. DOI: 10.26512/lc.v11i21.3251. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251> Acesso em: 29 jun. 2024.

DE ARAÚJO, F. J.; JÚNIOR, H. G. M.; DE SOUSA, M. A.; PEREIRA, A. L.; OLIVEIRA, P. S. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO A DISTÂNCIA: ANÁLISE DAS VANTAGENS, DESAFIOS E VISÕES DOS EDUCADORES.** RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2024.474>. Acesso em: 29 jan. 2025.

DE OLIVEIRA, A. C.; OLIVEIRA, A. A. R.; CAVALCANTI, M. da C. M.; OLIVEIRA, E. A. **Qualidade de vida no trabalho: percepções dos professores do curso bacharelado em administração pública, modalidade educação a distância.** CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 7450–7483, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.1-450. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4737>. Acesso em: 30 jan. 2025.

DOS SANTOS, L. S.; DA MOTA, M. P. **Os impactos da pandemia na acentuação da desigualdade digital.** Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos, v. 5, n. 5.1, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2024. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/article/view/64691>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023:** MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

LEHER, R. **Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia covid 19.** Revista de Políticas Públicas, v. 26, n. Especial, p. 78–102, 30 Dez 2022 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: 27 jan 2025.

LEHER, R. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** *Revista Outubro*, São Paulo, n. 3, p. 19-30, 1999.

MOREIRA, J. A. da S.; MARTINELI, T. A. P.; SILVA, R. V. da; VASCONCELOS, C. de M. **Banco Mundial e as Recomendações Atuais para as Políticas Educacionais no Brasil.** FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação, [S. l.], v. 10, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/90622>. Acesso em: 29 jun. 2024.

POMPEU, S. L. E. **O ensino a distância e as novas formas de mercantilização do ensino superior no Brasil.** *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, Brasil, v. 9, n. jan./dez., p. e221723, 2023. DOI: 10.31417/educitec.v9.2217. Disponível em: <<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2217>>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SCUDELER, M. A.; TASSONI, E. C. M. **A educação a distância como estratégia de captação de alunos após a redução da oferta do FIES.** *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 28, p. e023007, 2023.

VELOSO, B. G.; MILL, D. **Precarização do Trabalho Docente na Educação a Distância: elementos para pensar a valorização da docência virtual.** *Educação em Foco*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 111–132, 2018. DOI: 10.34019/2447-5246.2018.v23.20005. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/20005>. Acesso em: 22 jan. 2025.

ZIMMERMANN, S. A.; NICOLÁS, M. A.; GAITÁN, F. **O desmonte de políticas como um tipo particular de mudança nos estudos latino-americanos.** *As Novas Veias Abertas da América Latina: projetos políticos antagônicos, alternâncias nos governos latino-americanos e impactos nas instituições*, n. 16, 2024. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/18105/12325>>. Acesso em: 21 jan. 2025.